



Egídio Ferreira Lima, ao microfone, garante à Mesa que votou "sim" pelo sistema eletrônico e o painel mostrou "não"

Sarney tem 4 anos com parlamentarismo

BRASÍLIA — Por 48 votos a 45, a Comissão de Sistematização deu quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, propostos em emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA). O texto do relator Bernardo Cabral previa seis anos. As galerias e o plenário comemoraram, cantando o Hino Nacional entre abraços, beijos, choro e muita festa, o resultado da mais longa votação da comissão, que durou 4 horas. O parlamentarismo foi aprovado há algumas semanas na comissão, para entrar em vigor no dia 15 de março de 1988.

Segundo a emenda aprovada, "o mandato do atual presidente da República terminará no dia 15 de março de 1989". O substitutivo aprovado na sistematização não fixa datas para os dois turnos das eleições diretas, mas estabelece que a escolha do presidente deverá estar concluída até 90 dias antes de sua posse. Ou seja, até 15 de dezembro de 1988. Essa é, portanto, a data limite para a realização do segundo turno. O primeiro ocorrerá cerca de 45 dias antes — isto é, no início de novembro —, em data a ser marcada pela Justiça Eleitoral, já que o substitutivo determina que o segundo turno será realizado trinta dias depois da proclamação dos resultados do primeiro.

A sessão foi tumultuada. Houve desde um calmanete que o líder do PFL, José Lourenço, se viu obrigado a tomar até o cambalacho do senador Fernando Henrique Cardoso, que subiu irregularmente às tribunas para dizer que votaria nos quatro anos. Ao final o presidente Afonso Arinos resumiu: "Quero registrar o belo espetáculo democrático que estamos vivendo".

Verde-Amarelo — Desde cedo que os adeptos dos quatro anos ostentavam em plenário fitas verde-amarelas no peito. Alguns constituintes, como Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), Lídice da Matta (PC do B), Edmilson Valentin (PC do B-RJ) e Moema São Thiago (PDT-CE), chegaram a vestir casacos amarelos. O clima para que o assunto fosse decidido sem permitir qualquer manobra que pudesse adiar a votação começou a crescer quando foi aprovada, por unanimidade dos votantes — 92 dos 93 integrantes da comissão —, a retirada do artigo que marcava eleição para o próximo presidente em 15 de novembro de 1990. A emenda foi do deputado Thomaz Nonô (PFL-AL), que votou nos cinco anos. O ausente era o deputado Siqueira Campos, que come-

morava nas galerias a aprovação da criação do estado de Tocantins, a ser desmembrado de Goiás.

Antes de iniciar a votação, dois oradores encaminharam a favor — José Richa e Mário Covas — e dois contra — Afonso Arinos e José Lourenço. No entanto, antes de chamar o relator Bernardo Cabral para que desse seu parecer, mais um orador foi chamado, para surpresa do plenário. Era o senador Fernando Henrique Cardoso, que havia substituído Afonso Arinos na presidência da sessão e aproveitara para se inscrever irregularmente (o regimento prevê apenas dois oradores para falar contra e dois a favor). O tumulto se generalizou, Fernando Henrique pediu silêncio e explicou:

"Eu seria o último a desrespeitar o regimento. Casso a minha própria palavra. Vou completar. Voto nos quatro anos e peço que todos votem pelos quatro anos." E deixou a tribuna tranquilamente, com um sorriso irônico.

Depois que o relator Bernardo Cabral anunciou que acataria a emenda, foi anunciado o início do processo de votação. José Lourenço tomou discretamente um comprimido.

— Sim, sim, sim...

Surpresas de última hora foram decisivas

A definição do mandato do presidente José Sarney provocou um fato inédito na Comissão de Sistematização: foi a primeira vez, desde o início dos trabalhos, que todos os titulares votaram, deixando os suplentes de todos os partidos fora da decisão. A aprovação dos quatro anos só foi possível devido a algumas surpresas de última hora, como um documento assinado por pemedebistas da bancada baiana, cinco votos do PFL, um do PDS, um do PTB e um do PDC, além de integrantes do Centro Democrático que optaram pelos quatro anos.

Poucos minutos antes da votação, o deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA) leu um documento que encaminhou à Mesa registrando que alguns constituintes haviam tentado um entendimento em torno do mandato de cinco anos, "mas o presidente da República foi intransigente". O documento era assinado surpreendentemente pelos deputados Celso Dourado e Mário Lima, do Centro Democrático mas as demais assinaturas não surpreenderam: Abigail Feitosa, Chico Pinto e o próprio Virgildásio, todos da Bahia e ainda Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Carlos Mosconi (PMDB-MG).

O voto pelos quatro anos do PMDB que também surpreendeu foi o de outro integrante do Centro, Fernando Bezerra de Mello. Os cinco anos perderam um voto quando Oswaldo Lima Filho renunciou à sua vaga na Sistematização, sendo indicado Maurílio Ferreira Lima.

A favor dos quatro anos

PMDB — Abigail Feitosa (BA), Ademir Andrade (PA), Almir Gabriel (PA), Artur da Távola (RJ), Bernardo Cabral (AM), Carlos Mosconi (MG), Celso Dourado (BA), Cristina Tavares (PE), Egídio Ferreira Lima (PE), Fernando Bezerra Coelho (PE), Fernando Lyra (PE), Fernando Henrique Cardoso (SP), Francisco Pinto (BA), Haroldo Sabóia (MA), João Herrmann (SP), José Fogaça (RS), José Inácio Ferreira (ES), José Paulo Bisol (RS), José Richa (PR), José Serra (SP), Mário Lima (BA), Nelson Carneiro (RJ), Nelson Jobim (RS), Nelton Friedrich (PR), Maurílio Ferreira Lima (PE), Paulo Ramos (RJ), Pimenta da Veiga (MG), Antônio Brito (RS), Severo Gomes (SP), Sigmaringa Seixas (DF), Virgildásio de Senna (BA).

PFL — Alcení Guerra (PR), Mendes Thame (SP), Carlos Chiarelli (RS), Francisco Dornelles (RJ), Sandra Cavalcanti (RJ).

PDS — Konder Reis (SC).

PDT — Brandão Monteiro (RJ), José Maurício (RJ), Lysâneas Maciel (RJ).

PTB — Francisco Rossi (SP).

PT — Luís Inácio da Silva, Lula (SP) e Plínio de Arruda Sampaio (SP).

PDC — Siqueira Campos (GO).

PC do B — Haroldo Lima (BA).

PCB — Roberto Freire (PE).

PSB — Jamil Haddad (RJ).

PMD — Antônio Farias (PE).

A favor dos cinco anos

PMDB — Alfredo Campos (MG), Aloísio Campos (PB), Carlos Sant'Anna (BA), Cid Carvalho (MA), Fernando Gasparian (SP), Ibsen Pinheiro (RS), João Calmon (ES), José Freire (GO), José Geraldo (MG), José Ulysses (MG), Manoel Moreira (SP), Milton Reis (MG), Nilson Gibson (PE), Raimundo Bezerra (CE), Renato Viana (SC), Rodrigues Palma (MT), Theodoro Mendes (SP), Wilson Martins (MT).

PFL — Afonso Arinos (RJ), Aloysio Chaves (PA), Arnaldo Prieto (RS), Cristóvam Chiaradia (MG), Gilson Machado (PE), Eraldo Tinoco (BA), Francisco Benjamin (BA), Inocêncio Oliveira (PE), José Jorge (PE), José Lins (CE), Santana Vasconcelos (MG), Thomaz Nonô (AL), Luis Eduardo Magalhães (BA), Marcondes Gadelha (PB), Mário Assad (MG), Oscar Correa (MG), Oswaldo Coelho (PE), Paulo Pimentel (PR), Ricardo Fiúza (PE).

PDS — Darci Pozza (RS), Gerson Peres (PA), Jarbas Passarinho (PA), José Luis Maia (PI), Virgílio Távora (CE).

PTB — Gastone Righi (SP) e Joaquim Bevilacqua (SP).

PL — Adolfo de Oliveira (RJ).

O "sim" de Egídio virou "não"

O painel eletrônico registrou o empate de 31 votos e uma abstenção, causando um momento de intenso silêncio e perplexidade no plenário. Quando se iniciaria a chamada dos que não haviam votado, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) foi ao microfone e protestou:

— Eu votei "sim" e o painel registrou "não". Todos aqui me conhecem eu não estaria aqui dizendo isso se não fosse verdade.

Novo tumulto com os deputados Luís Eduardo (PFL-BA), Enoc Vieira (PFL-MA) e Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) gesticulando "não" com as mãos. Arinos decidiu então que a votação seria nominal e mais confusão ocorreu. O líder José Lourenço se aproximou da Mesa para falar com Arinos e recebeu o protesto de Fernando Henrique, que não gostou e quase teve início um incidente.

— Isso é um cambalacho, é uma fraude, não posso admitir — gritava o deputado Theodoro Mendes que não aceitava a chamada nominal.

— Não admito que acusem o senador Afonso Arinos de estar fazendo cambalacho — protestou o relator Bernardo Cabral.

A chamada nominal começou e, no primeiro voto não, do senador Alfredo Campos (PMDB-MG), houve a primeira grande vaia, do plenário e das galerias.

— As galerias não podem se manifestar. Peço providências à Mesa — protestou o líder Carlos Sant'Anna do microfone.

Arinos não se abalou. Do plenário, os partidários dos quatro anos faziam sinais para que a galeria se contivesse. O senador José Fogaça (PMDB-RS) prosseguiu a chamada. Cada voto dado a favor da emenda de Jorge Hage era aplaudido no plenário.

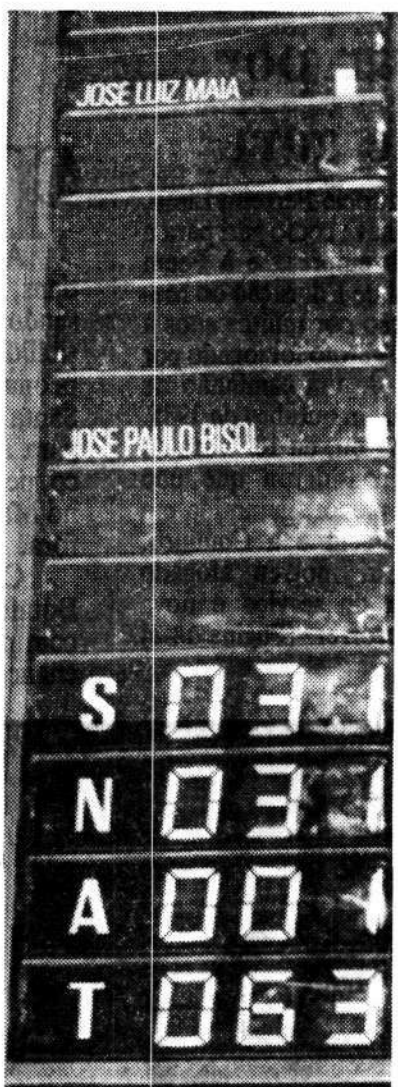
O clima de festa começou a contagiar os constituintes até que o deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG) bateu palmas para si próprio quando votou "sim", enquanto o deputado José Freire (PMDB-GO) não se intimidou na hora de votar:

— Gostosamente, não.

O deputado Nilson Gibson proferiu dar um grito de "não" quando chamado e houve demorados aplausos para os votos pefelistas. Só quem recebeu aplausos por votar "não" foi o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), vindos do próprio Afonso Arinos.

O voto decisivo, 47º "sim", foi do senador Jamil Haddad (PSB-RJ). A comemoração começou antes mesmo de ele proferir o voto, sendo cercado pelos constituintes. "Diretas já", e "O povo unido jamais será vencido" foram as palavras de ordem do plenário e das galerias. A deputada Rose de Freitas (PMDB-AL) chorava abraçada ao autor da emenda, Jorge Hage, o deputado Nelton Friedrich (PMDB-PR) também não continha a emoção, abraçado a Abigail Feitosa (PMDB-BA), Adhemir de Andrade (PMDB-PA) e o restante do MUP (Movimento de Unidade Progressista).

Só depois de vários minutos foi proclamado o resultado da votação: 48 a 45 votos. Nova manifestação. Dessa vez o Hino Nacional, puxado pelos próprios constituintes, enquanto a campanha tocava pedindo silêncio. Não adiantou. O próprio Arinos se levantou para ouvir o hino, as galerias acompanharam e a campanha só parou de tocar quando o presidente da comissão tomou a palavra para elogiar o caráter democrático da votação.



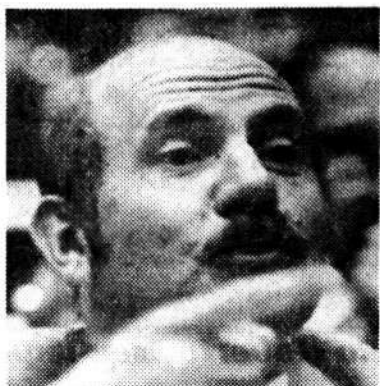
Empate só existiu no painel

Jorge Hage

A consagração, numa semana de quatro vitórias

— Foi a maior semana da minha vida — declarou, emocionado, o deputado Jorge Hage (PMDB-BA), autor da emenda que convida eleições para 88. De fato. Na segunda-feira passada, Hage viu aprovada a função social da terra, primeiro e definitivo passo para a reforma agrária. No dia seguinte, veria aprovada a participação da sociedade civil na confecção dos orçamentos e, na sexta, a autonomia das universidades.

Jorge Hage, 49 anos, cinco filhos com Maria Lúcia, redigiu sua emenda pelas diretas em agosto. Curiosamente, o deputado foi prefeito de Salvador, sem nenhum voto, indicado pelo então gover-



Hage, autor da emenda

nador, também indireto, Roberto Santos, que o exonerou com um ano e meio de gestão. Advogado, administrador de empresas e professor universitário, Hage, um dos parlamentares mais próximos do governador Waldir Pires, hoje é candidata à Prefeitura de Salvador.

Entre dezenas de emendas propondo eleições para 88, a de Hage foi escolhida pela liderança do PMDB numa reunião na noite de sábado. "Eu tinha duas emendas. Uma, acoplada à implantação do parlamentarismo, preferimos deixar de fora, para uma outra etapa das negociações." Por fim, num gesto que o senador José Richa lhe agradecerá, emocionado — "Hage, te devo esta honra, para sempre" —, o deputado baiano indicou Richa para defender sua emenda na tribuna. Depois, explicaria:

— O Richa falou no meu lugar pela própria dimensão dele, pelo que ele significava, naquele momento, na consolidação dos quatro anos junto aos setores mais moderados.

Por fim, já às 13h, com o plenário vazio, Hage trocou um demorado abraço com Mário Covas e declarou seu voto: "Covas, restam-lhe duas alternativas: ser chefe do Estado ou ser o chefe do governo".



**FLÁVIO RANGEL.
AFFONSO ROMANO
DE SANT'ANNA.**

PROSA & VERSO

JORNAL DO BRASIL